

Por um jornalismo transformativo:
dinâmicas do reconhecimento em *Presos*
que menstruam

Towards a transformative journalism:
recognition dynamics in *Presos que menstruam*

*Juliana Gusman*¹

1 Mestre em Comunicação Social pela PUC Minas. Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela mesma instituição. Membro do grupo de pesquisa Mídia e Narrativa e da rede de pesquisa Metacrítica. E-mail: jugusman@terra.com.br.

Resumo

Pretendemos problematizar como experiências inscritas no âmbito da reportagem, as quais objetivam representar corpos femininos não normativos por meio de uma abordagem autorreflexiva e posicionada, podem dialogar com a noção de *reconhecimento antipredicativo*. A partir de comentários sobre a obra *Presos que menstruam*, escrita por Nana Queiroz, cuja perspectiva é marcadamente feminista, iremos discorrer sobre sua ação política no âmbito de um reconhecimento transformativo e desidentitário, sobre a importância de desnaturalizar a generificação violenta dos corpos e sobre os inevitáveis limites destes esforços no campo jornalístico.

Palavras-chave:

Reportagem, reconhecimento, reflexividade, feminismo, gênero.

Abstract

This paper aims to problematize how some journalistic experiences, mainly reportages in which non-normative female bodies are represented in a self-reflexive and positioned approach, can dialogue with an *anti-predicative recognition* theory. From the analyses of *Presos que menstruam*, written by Nana Queiroz with a strong feminist perspective, the objective is to discuss its political aspects in relation to a transformative and disidentitarian recognition, as well as its importance in denaturalizing the violent normalization of bodies in terms of gender. At the same time, the inevitable limits of these efforts in the journalistic field are displayed.

Keywords

Reportage, recognition, reflexivity, feminism, gender.

A autorreflexividade e as lacunas da reportagem

Em minha pesquisa de mestrado, intitulada *Gêneros rebeldes: o jornalismo narrativo na representação de vidas abjetas*, investiguei reportagens que figuram, em uma abordagem alternativa, existências femininas não normativas, frequentemente estereotipadas ou completamente eliminadas do circuito midiático hegemônico. Designadas por *autorreflexivas*, a partir de Serelle (2018), essas reportagens incorporam, em seus universos diegéticos, suas falhas e fissuras, colocando em tensão pressupostos da gramática jornalística, inevitavelmente precária em seu esforço de representar. Será trabalhada, neste artigo, uma destas obras. O intento é refletir, a partir de seus aspectos formais e políticos, sobre as reivindicações por reconhecimento acionadas discursivamente para reparar, de alguma forma, relações de desrespeito e injustiça social que subjagam determinados corpos, especialmente aqueles que não estão inscritos nos padrões de feminilidade dominantes. De forte orientação feminista, *Presos que menstruam* (2015), escrita por Nana Queiroz, investiga a história e apresenta o cotidiano de mulheres com pouca perspectiva de futuro, condenadas a sobreviver no sistema carcerário brasileiro. A repórter apresenta relatos individuais protagonizados por sete detentas, além de fragmentos de experiências que denunciam outros tipos de violência neste contexto.

Logo na introdução da reportagem, Nana Queiroz deixa transparecer os ruídos desta narrativa lacunar, sugerindo que eles ocorrem tanto por escolha, como pelas condições de apuração que lhe foram infligidas. Foi proibida, por exemplo, de utilizar câmeras ou gravadores e, por isso, teve “que desenvolver uma memória robusta”. Entretanto, há ruídos que a memória, mesmo possante, não dará conta de recompor. A jornalista aceita, então, que a reportagem poderá conter inconsistências factuais, o que não compromete seu escopo. Para Queiroz, o mais importante não aparenta ser a reprodução exata das realidades que aborda em texto, mas edificar uma percepção de que essas realidades, apesar de paradoxais, são violentas, cruéis e precisam ser enfrentadas. A objetividade jornalística, como finalidade última da reportagem, parece ser parcialmente escanteada pela repórter, mais engajada com uma sensibilização democrática e social.

Podemos afirmar que *Presos que menstruam* se articula com demandas da teoria feminista para além de seu tema, o que iremos problematizar adiante. Também em sua dimensão formal e metodológica, flerta com o conceito de *perspectiva* proposto por esta corrente teórica. Donna Haraway (1995), uma das primeiras autoras a refletir sobre o termo, compreende que, na produção de discursos, posicionalidades devem ser explicitadas a fim de alcançarmos uma compreensão mais abrangente das relações sociais. Afirma, ainda, que os saberes são, de fato, localizados e “que o lugar de onde se vê (e se fala) – a perspectiva – determina nossa visão (e nossa fala) do mundo” (HARAWAY, 1995, p. 14). A perspectiva feminista – contrapondo-se à produção de conhecimento masculinista pretensamente universal, neutra e imparcial – abre mão de uma objetividade transcendente, de uma história que tenta apagar os “rastros de suas mediações”. Distanciando-se dos preceitos que o jornalismo tradicional, assim como a ciência, acionam em sua prática, por meio de uma posição “não situada” e impessoal, a perspectiva feminista pode sugerir, para o campo jornalístico, que a única forma de atingirmos uma visão objetiva do mundo é por meio de uma perspectiva parcial.

Desta forma, Haraway – assim como outras autoras que se debruçaram sobre o tema – intercede a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade ancorada na desconstrução, na contestação e nas transformações dos sistemas de conhecimento dominantes. Opera, inclusive, uma noção de “objetividade fortalecida”, capaz de estimular práticas científicas e política voltadas para a interpretação, para a tradução, para o “gaguejar” e o “parcialmente compreendido”. Nesta visada, a subjetividade não se torna um valor incompatível com a objetividade, mas sua própria condição de existência.

Na reportagem analisada, é através da automeiação, da performance de si no texto e da emergência da subjetividade que a jornalista consegue dispor os valores e preceitos que orientam representações. Utilizando, inclusive, a primeira pessoa em diversos momentos da narrativa, a jornalista quase não se exime da história que almeja reconstruir, assumindo responsabilidades pelas limitações e implicações de seu relato. *Presos que menstruam* é orquestrada a partir dos desdobramentos das

ações da repórter na realidade que se intenta arquitetar, contrariando enunciados jornalísticos tradicionais, nos quais os repórteres procuram apagar sua presença. Imprecisa e ranhurada, a reportagem está sujeita a intervenções e interpretações, na contracorrente de uma prática profissional pautada, preferencialmente, para o fechamento e para a dominação total do sentido do discurso.

Supõe-se que este tipo de trabalho pode atuar na construção de um *conhecimento narrativo*. A narrativa, na concepção de Ricardo Piglia (2015), não almeja dizer de maneira direta qual é seu sentido. Ela está sempre aberta, sem encerrar significações, engendrando modos de transmissão de uma verdade que é sempre enigmática. A narrativa rompe com a dicotomia entre o certo e o incerto da tradição filosófica de conhecimento, conceitual e categórica, fazendo circular, por meio de relatos, saberes outros, múltiplos, que, mesmo se contrapondo, não necessariamente se eliminam. Ainda que a narrativa, nesta acepção, não consiga se desenvolver plenamente no campo jornalístico – afinal, como aponta Walter Benjamin (1994), a informação, elemento fundamental do jornalismo, é incompatível com o espírito da narrativa ao postular uma plausibilidade absoluta e uma verificabilidade imediata –, pode-se afirmar certa bastardia da reportagem decorrente do entrelaçamento de sua natureza informativa e suas potencialidades narrativas.

Entre manter seu papel social de criar inteligibilidade a partir do caos cotidiano e evitar determinações demasiadamente redutoras e totalitárias típicas do jornalismo dominante, a reportagem investigada caminha em corda bamba nesta equação irresolúvel, procurando equilíbrio no alinhamento de uma postura crítica, presente, central. *Presos que menstruam* pretende, em verdade, desafiar seu próprio ato de representar. A autorreflexividade decorrente de uma postura parcial e posicionada permite à jornalista expor seus artifícios, seus métodos e seus pressupostos, mostrando a “moldura” que circunscreve a realidade narrada, assumindo que ela “nunca conteve de fato a cena a que se propunha ilustrar, que já havia algo de fora, que tornava o próprio sentido de dentro possível, reconhecível” (BUTLER, 2015b, p. 23).

Ao admitir sua parcialidade, narrativas de objetividade perspectivada compreendem que algo sempre escapa às tentativas de representação. As figurações do outro não precisam – e não devem – almejar circunscrevê-lo em sua completude. Todo ato representacional será, sempre, insuficiente e reconhecer essa insuficiência pode tornar os relatos menos violentos, porque menos totalitários. Com Judith Butler (2011), recordamos que alguma perda do humano sempre acontece quando ele é capturado pela imagem. Porém, é preciso lidar com esta impossibilidade discursiva e com estas vidas pungentes, ainda que de forma limitada. Se insistimos em representar o que em nós há de irrepresentável, este paradoxo, segundo a filósofa, deve ser absorvido nas representações que realizamos. “Para a representação exprimir o humano ela não deve apenas falhar, mas deve mostrar sua falha” (BUTLER, 2011, p. 27).

Indagamos, portanto, se determinados enquadramentos, como o proposto por Queiroz, podem se tornar locais de rupturas politicamente significativas no campo do simbólico, mais afeitas à alteridade e à diversidade da vida social. Objetivamos pensar sobre como representações que se colocam como construtos, como pontos de vistas sobre o real, podem oferecer imagens menos agressivas a determinados grupos, usualmente estereotipados, uma vez que evitam fixar significações sobre eles. Falamos de uma narrativa que aceita e evidencia o desafio que o outro, que não lhe é completamente acessível, representa. Ainda que *Presos que menstruam* carregue algum traço de uma herança positivista do jornalismo, de perspectivas classistas, da heteronormatividade ou da verticalidade que estrutura grande parte das relações entre jornalistas e personagens, pretende-se investigar possíveis contribuições fornecidas por essa reportagem bastarda, autorreflexiva, perspectivada e politizada na luta por humanização e reconhecimento de corpos subalternizados tanto pela mídia, como pelo imaginário social.

A rebeldia de gênero

Supomos que reportagens autorreflexivas, como a referenciada neste artigo, propõem maneiras mais adequadas de representar corpos desviantes que,

assim como a própria narrativa, não se fecham simbolicamente e, portanto, estão sujeitos à marginalização e à violência sistêmica. Referimo-nos, tomando emprestadas as palavras de Judith Butler, aos corpos “cujas vidas não são consideradas ‘vidas’, e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’” (MEIJER; PRINS, 2002, p. 161). Trata-se daqueles sujeitos que escapam da inteligibilidade da lógica heteronormativa responsável por instituir padrões de “normalidade”, ameaçando as regras da vida gendrada; sujeitos como as mulheres encarceradas – pobres, negras, lésbicas *butch*, lésbicas *femme*², indígenas, mães de famílias que deixam de existir, miseráveis – de *Presos que menstruam*.

A partir da Teoria *Queer*, sabemos que a generificação e a normatização dos corpos ocorre diante da ação de várias *tecnologias de gênero* – as escolas, os tribunais, a família, a academia e, claro, a mídia –, dispositivos econômicos e políticos com poder de dominar o campo do significado social. O reconhecimento de identidades como “homem” ou “mulher”, bastante limitadas, diz respeito a operações “fabricadas e preservadas mediante signos corpóreos e outros meios discursivos por meio da regulação pública e social e com vista a manter a ordem (hetero)sexual” (BUTLER, 2007 apud COELHO, 2009, p. 32). A mídia, em suas diversas instâncias, pode ser encarada como um dos agentes reguladores dessa ordem, como uma tecnologia que cria e reitera, em consonância com outras instituições sociais, diferenças sexuais a partir de uma normatividade *straight*, dualista e, notoriamente, excludente.

Corpos que escapam dos regimes de inteligibilidade e que subvertem a heterodivisão do corpo, como as personagens de *Presos que menstruam*, precisam ser, então, considerados anômalos ou, como alega Butler (2016), impossibilidades lógicas. O ideal científico heteronormativo, tanto das ciências biológicas como das ciências sociais, evita, com efeito, qualquer ambiguidade que coloque a norma sexual em xeque. “Todo acidente sistemático (homossexualidade, bissexualidade, transexualidade) deve operar como a exceção perversa que

2 Os termos *butch* e *femme*, oriundos do inglês, são utilizados na subcultura lésbica para designar identidades de contornos masculinos ou femininos, respectivamente.

confirma a regra da natureza” (PRECIADO, 2017, p. 30). Esses grupos, impedidos de “acessar as tecnologias textuais, discursivas, corporais, etc. que os produzem e os objetivam” (PRECIADO, 2017, p. 168), precisam ser vistos e, conseqüentemente, representados apenas como uma oposição radical às vidas e aos corpos que podem ser considerados como “normais”.

Ser mulher pode ser uma condição que se desdobra em experiências múltiplas, certamente pouco compreendidas e frequentemente aniquiladas pela interferência das diversas tecnologias de gênero e, conseqüentemente, dos esquemas normativos de representação midiática. Grande parte das instituições sociais que governam tecnologias heteronormativas compreende e nomeia como mulheres apenas aqueles sujeitos que apresentam coerência e continuidade entre gênero, sexo, desejo e prática sexual, de preferência sem marcas de submissão de classe ou raça. A entrada em delimitados terrenos ontológicos é barrada aos corpos abjetos, por vezes femininos, que ocupam zonas inabitáveis da irrelevância, sem gozar dos privilégios do território regulamentado que produz, “preguiçosamente”, o domínio do possível. “São populações ‘perdíveis’, ou que podem ser sacrificadas, “precisamente porque foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas; são consideradas como ameaças à vida humana como a conhecemos” (BUTLER, 2015b, p. 53).

Apesar do risco infligido aos considerados “anormais”, eles carregam consigo uma força perturbadora e insubmissa de transformação. A sinteticidade das tecnologias de gênero que perfazem determinadas vidas como normais e outras como não importantes pode ser denunciada, segundo Butler (2016), por meio da insurgência desses corpos desviantes, que denunciam o caráter fabricado da normalidade em si. A mídia, conforme a filósofa, tem um importante papel na produção e reprodução de normas sociais, mas também pode exercer, subversivamente, um gesto crítico, assumindo sua própria opacidade e conferindo visibilidade a existências não normativas. Os corpos abjetos, mais resistentes à fixação simbólica, perturbam categorias que normalizam os demais. “É o estranho, o incoerente, o que está fora da lei, que nos dá uma maneira de compreender

o mundo inquestionado da categorização sexual como um mundo construído, e que certamente poderia ser construído diferentemente” (BUTLER, 2016, p. 191).

Trabalhos reflexivos e narrativos, como *Presos que menstruam*, parecem incorporar, em maior ou menor medida, essa tarefa, ao expor o equipamento discursivo que utilizam para relatar vidas abjetas que, por sua vez, podem tensionar a normatividade dessa mesma linguagem. Nossa hipótese é de que a incompletude de um gênero-corpo, de qualquer corpo, talvez nos leve a compreender a incompletude do gênero-texto. E vice-versa. Acreditamos que essas iniciativas podem contribuir para desestabilizar, em maior ou menor medida, regimes de representação ancorados em visadas universalizantes, simplificadoras, essencialistas e supostamente imparciais que, em verdade, procuram afirmar modos de pensar e agir no mundo de grupos dominantes que governam, majoritariamente, as esferas produtivas dos discursos midiáticos. Narrativas que se orientam pela busca de uma verdade turva e movediça, que pretendem questionar e expandir as normas da existência gendrada, podem dialogar, portanto, com demandas por reconhecimento mobilizadas nas disputas sociais atuais.

Da representação ao reconhecimento

O reconhecimento, conceito originário da filosofia hegeliana e retomado por cientistas políticos ligados, com mais expressividade, à terceira geração da Escola de Frankfurt, é uma noção frequentemente atrelada às políticas de identidade. A luta por reconhecimento, problematizada, principalmente, por Axel Honneth (2009), engajou-se na afirmação das múltiplas particularidades e diferenças sociais que poderiam desafiar o universalismo imposto por grupos culturalmente hegemônicos. Para o autor, busca-se, nos conflitos sociais, afirmar sentimentos, atributos e valores positivos de um coletivo frente a experiências de desrespeito social. A construção da identidade, cuja confirmação e valorização são os principais objetivos da luta política, dá-se, portanto, a partir de uma reação à privação e à denegação de direitos de um determinado grupo.

Entretanto, para perscrutar a reportagem elegida para investigação, nos distanciamos de abordagens teóricas e políticas identitaristas e exclusivamente afirmativas que se respaldariam, por exemplo, na defesa de uma escrita e de uma representatividade feminina, gesto supostamente combativo em embates emancipatórios. Apesar da inquestionável necessidade de representatividade, não confiamos que somente a ampliação do número de narrativas escritas por mulheres, sobre mulheres, ou a aposta em uma linguagem feminina, acessível às portadoras de uma identidade particular, ameaçariam valores e rotinas produtivas do jornalismo tradicional, notadamente totalitário. Afinal, mulheres também podem reproduzir perspectivas e práticas androcêntricas.

Evidentemente, é importante contemplar o trabalho de jornalistas mulheres. Como bem pontua Sandra Harding (1993), sujeitos que experimentam situações de opressão podem ter maiores inclinações para mapear e evitar valores e práticas de dominação. Mas ela afirma que essa percepção não depende, exclusivamente, de uma condição identitária, e sim do contato e do envolvimento dos produtores de discursos com saberes subalternos, como os feminismos. Cecília Sardenberg (2007), na mesma seara, postula que normas lógicas e sociológicas de investigação hegemônicas podem ser adotadas, acriticamente, por investigadores – e investigadoras – pouco atentos às suas características burguesas, homofóbicas, brancas e sexistas. É a percepção dos modos de operar relações de gênero, e não diferenças biológicas entre sexos, que sensibiliza olhares epistemológicos vantajosos capazes de averiguar hierarquias vigentes. A objetividade perspectivada que indicamos como conceito alternativo para uma prática jornalística potencialmente emancipatória não depende de um sujeito fixo dotado de uma identidade fechada e plenamente inteligível – como a identidade mulher – para ser posta em prática, mas de uma postura reflexiva que reconhece sua própria falibilidade e parcialidade, e que pode ser acionada a partir de diversos posicionamentos sociais, complexos e imprecisos. Abraçar acriticamente uma categoria “mulher” – tanto para abordar a dimensão da produção, como a da representação desse sujeito nos discursos midiáticos – nos impediria de pensar sobre vigor dos discursos jornalísticos que estudamos, assim

como a complexidade de suas personagens. Recusamos, assim, uma perspectiva analítica ancorada em uma noção identitária de reconhecimento que, a nosso ver, também é insuficiente para mitigar o gesto discursivo esboçado por Queiroz.

Em verdade, uma parcela significativa do movimento feminista, influenciada por assaltos liberais, têm, quase que exclusivamente, priorizado o reconhecimento em termos identitários e culturalistas, seguindo a tendência de outros grupos ligados ao campo progressista, como denuncia Vladimir Safatle (2017). Para o autor, embora necessária, a questão da identidade foi transformada na única pauta política que a esquerda é capaz de mover. A luta pelo reconhecimento, forjada majoritariamente nesses termos, acabou por deslocar o imaginário feminista, em parte, da luta econômico-social pela redistribuição que vigorava anteriormente. As lutas sociais foram, de certa forma, subordinadas às lutas pela resignificação da cultura, um desprendimento que facilitou, conforme Nancy Fraser (2007), a insurgência do neoliberalismo hegemônico, cujo objetivo era reprimir, a qualquer custo, a memória do igualitarismo socialista. A perspectiva neoliberal poderia conviver muito bem com demandas circunscritas à esfera cultural.

Então, parte da luta feminista, descolada de um imaginário de transformação política, econômica e social radical, voltou-se preferencialmente para a afirmação das especificidades de um sujeito mulher, o que, para Teresa de Lauretis (1987), acabou “por se tornar uma limitação, como que uma deficiência do pensamento feminista.” (LAURETIS, 1987, p. 206). O problema reside, para Judith Butler (2016), no fato da construção política do sujeito “mulher” ser fruto de uma formação discursiva e de uma versão específica da política representacional que o próprio feminismo deveria, em tese, combater. Paradoxalmente, essa categoria identitária atende a objetivos tanto de legitimação como de exclusão, processos que podem ser ocultados e naturalizados por abordagens que se respaldam, sem questionamentos, nessas estruturas jurídicas.

Algumas vertentes do feminismo têm questionado a concepção dominante e liberal do movimento, deixando de compreender sujeitos “mulheres” como

estáveis ou permanentes, interrogando, até mesmo, a viabilidade do “sujeito” como candidato último à representação ou à libertação. Referimo-nos a uma estratégia política que passa, como sugere Safatle (2015b), pela desativação ou pela subversão dos nomes, já que a nomeação de sujeitos sociais parte de uma gramática das identidades já instituída e que é, portanto, apoucada. Isso não significa, conforme Butler, uma recusa à política representacional. Trata-se de assumir, dentro dessa lógica, uma postura interrogativa acerca das identidades que as estruturas jurídicas neoliberais fabricam, naturalizam e agridem. Em outras palavras, o foco da luta política não deveria ser a constituição da identidade, mas o combate às hierarquias, opressões e explorações decorrentes desta constituição.

Queiroz, em sua obra, busca revelar os mecanismos dessa produção identitária, desconstruindo, narrativamente, estruturas que condicionaram certas mulheres ao mundo do crime e que as apartam de uma ideia hegemônica de “mulher”. As personagens são enquadradas como sujeitos produzidos pelas operações de exclusão – racistas, classistas, sexistas – que lhes foram impostas. Apresentam, assim, uma feminilidade violenta, vingativa, sexualmente subversiva e inesperada para padrões sociais vigentes. Inclusive, aspectos comumente vinculados ao feminino branco, abastado heteronormativo e livre, como a maternidade, a domesticidade e a família, têm seus sentidos ressignificados e alargados na reportagem de Queiroz. A experiência de gestante da detenta Gardênia, por exemplo, em quase nada se assemelha à maternidade romantizada de classe média. Grávida da filha Ketelyn,

Gardênia foi algemada à cama novamente. O procedimento é comum para presas que dão à luz. A ativista Heidi Cerneka, uma americana de português quase impecável e fala pausada, que há treze anos trabalha com a causa da mulher presa no Brasil na Pastoral Carcerária, faz brincadeira com esse protocolo:

–Tem mulher que até dá à luz algemada na cama. Como se ela pudesse levantar parindo e sair correndo. Só um homem pode pensar isso. Porque mesmo que ela pudesse levantar, qualquer policial com uma perna só andaria mais rápido que ela. (QUEIROZ, 2015, p. 73)

A maternidade enjaulada, incapaz de conter relações violentas entre presas e carcereiros, explicita a falta de cuidado e, também, de conhecimento sobre corpos não codificados como masculinos que habitam o sistema prisional. Percebemos, nesse contexto, a importância de se afirmar identidades estrategicamente, o que não é incompatível com a perspectiva teórica aqui acionada. O apagamento das particularidades desses sujeitos os desumaniza, fortalecendo as estruturas sexistas e segregadoras que os produzem como inferiores. Não obstante, essa articulação identitária, cujo objetivo é tornar visíveis essas estruturas, é provisória, contingente e politicamente orientada.

Queiroz aborda, também, a desestruturação familiar que acomete mulheres como Gardênia quando discorre sobre dominações de classe que sujeitam as detentas. Explora como a lógica da família patriarcal influi, de maneira específica, e mais cruel, no destino das mulheres encarceradas:

Quando um homem é preso, comumente sua família continua em casa, aguardando seu regresso. Quando uma mulher é presa, a história corriqueira é: ela perde o marido e a casa, os filhos são distribuídos entre familiares e abrigos. Enquanto o homem volta para um mundo que já o espera, ela sai e tem que reconstruir seu mundo. Gardênia foi presa mais vezes depois dessa, e, em algumas partes do caminho, o marido sumiu também. As filhas tiveram que crescer em um abrigo. (QUEIROZ, 2015, p. 77)

Ironicamente, o sentido da palavra “família”, nas classes subalternas, é levado ao pé da letra. A feminista marxista Mirla Cisne (2015) explica que o termo encontra sua origem no latim *famulus*, que significa “conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor”. Entre esses servos, estão mulheres e crianças submissas ao poder do marido/pai, o polo dominante do grupo. Mesmo ausente, a figura masculina continua determinando relações de poder. O chefe de família consegue manter a estrutura familiar à sua volta, mas a mulher servil, responsável por garantir a ordem doméstica estabelecida pelo homem, não tem esse mesmo privilégio. Não negamos que estruturas machistas também estão presentes nas famílias estruturadas e economicamente avantajadas. A partir da

vida de Gardênia, observamos, entretanto, que várias manifestações sexistas ganham arestas mais dramáticas (e quase sempre invisíveis) devido à sua classe.

Presos que menstruam aspira a conferir visibilidade a sujeitos que se manifestam diversa e multiplamente como mulheres, cuja vida é atravessada e conformada por diferentes estruturas opressivas, constringendo categorizações simplistas. Diante dessa imprecisão simbólica da feminilidade, aludimos dialogar uma concepção de *reconhecimento antipredicativo*, que carrega uma força transformativa capaz de radicalizar relações de alteridade e aliança política. Quando defende essa abordagem, Safatle (2015b) se refere à necessidade de abirmos mão de uma concepção de sujeito possessivo cultivando, dessa forma, uma “potência indeterminada” e uma “força de indistinção”. O autor nos alerta que somente o abandono de particularismos – ou seja, dos predicados e dos valores que constituem uma identidade bem contornada – possibilitaria a emergência de forças concretas de transformação. Ele afirma que os “sujeitos só se transformam em sujeitos políticos quando demandas individuais se desindividualizam, podendo inclusive aparecer como condição maior para a ampliação genérica de direitos.” (SAFATLE, 2015b, p. 103). Novas formas de solidariedade, igualdade e enfretamento podem ser criadas quando sujeitos se tornam suporte de práticas desconstrutivas capazes de promover a emergência de diferenças instáveis e de modificar as estruturas dos sistemas de representação social.

Nana Queiroz busca, em consonância com essas demandas políticas, desindividualizar as histórias de suas entrevistadas, tornando-as representativas de um grupo mais amplo, heterogêneo e contra-hegemônico de mulheres. Mais do que elaborar um retrato fiel das detentas, a repórter parece tentar tracejar características do sistema carcerário que produz feminilidades desviantes – agressivas, irreverentes, rancorosas, brutas – para depois condená-las e expulsá-las do convívio social. A história metonímica de Gardênia, assim como de outras mulheres encarceradas, é capaz de denunciar mecanismos que as produzem como seres abjetos. As fronteiras da identidade “mulher”, redutoramente concebida, afrouxam-se e as demandas e histórias particulares se coletivizam, conformando

uma narrativa política comprometida com a defesa de uma ampliação mais abrangente de direitos. A luta por reconhecimento, nesse contexto, abdica de afirmações identitárias para mirar o combate às estruturas que produzem certas identidades como subalternas.

Para atingir seus propósitos discursivos, a repórter lança mão do embaralhamento entre informação e narração, sua principal estratégia formal, mencionada anteriormente. Esse confronto bastardo, que mescla a exatidão factual de dados com a imprecisão do relato de teor narrativo, permite-nos transitar entre a história específica e uma realidade social mais ampla. Podemos perceber esse artifício, por exemplo, quando Queiroz aborda a experiência de Romina, sul-mato-grossense de origem paraguaia, que “misturava português, espanhol e guarani na língua e na cara” (QUEIROZ, 2015, p. 157), para ilustrar o delito cometido por 97% das 830 estrangeiras presas, à época, no Brasil. A entrevistada foi detida pelo crime de “mula”:

Romina nem sabe, mas o golpe no qual caiu é muito comum. Grandes redes de tráfico internacional costumam aliciar mulheres em situação de vulnerabilidade para fazer o serviço mais arriscado em seu lugar. Assim, se pega, elas não dirão nada, por medo. Essas mulheres, pobres, pouco instruídas, doentes ou mães solteiras, também aceitam correr perigo por quantias mínimas. Romina, por exemplo, ganharia apenas mil reais e a passagem de volta. (QUEIROZ, 2015, p. 159)

Através da história da brasileira-paraguaia, Queiroz consegue caracterizar, nessa bastardia textual, um conjunto mais abrangente de mulheres que são vítimas da mesma situação, enfatizando o caráter de denúncia desse relato. *Presos que menstruam* ressoa a história de uma multidão muito mais vasta, disforme e incomensurável de corpos. São menos importantes relatos individuais, trespassadas por incongruências e, por vezes, até mentiras, como reconhece a própria repórter, do que a reconstrução de uma experiência de subordinação compartilhada por sujeitos que a categoria “mulher”, caudatária de um feminismo liberal branco, heteronormativo e abastado, não consegue abarcar.

Tanto para Safatle (2015a, 2015b) como para Judith Butler (2015a), o abandono da busca pela identidade “mulher” como solução para remediar experiências de espoliação e desrespeito pode estimular uma crítica ao próprio capitalismo e à lógica neoliberal que organizam a vida social e coordenam parte da produção jornalística hegemônica, uma vez que se desarticula o princípio de identidade que promove a figura do indivíduo atrelado à ideia de posse – seja ela de atributos, de narrativas, de objetos – “como se a afirmação da desposseção fosse estratégia maior para toda e qualquer crítica do capitalismo como forma de vida” (SAFATLE, 2015a, p. 178). Pretendem, assim, recuperar a “força desidentitária própria ao conceito marxista de proletariado” (SAFATLE, 2015b, p. 90), categoria abstrata capaz de unificar múltiplas manifestações sociais e transformar o desamparo e a desposseção em forças políticas transformativas. Ainda, ao lembrarmos, com os autores, que “é na escuta da experiência sexual que aprendemos inicialmente a viver despossuídos” (SAFATLE, 2015a, p. 178), supomos que representações que busquem desestabilizar estruturas normativas de gênero possam fazer aflorar, talvez com maior voracidade, a ideia própria de desposseção. Abandonar uma noção possessiva de gênero poderia estimular o abandono de qualquer noção predicativa de identidade.

Esses deslocamentos possibilitariam que as vidas não contempladas pela gramática jurídica hegemônica se tornassem “mais possíveis e mais suportáveis” e que seus corpos pudessem “respirar e se mover mais livremente” em todos os espaços, coletivos ou privados (BUTLER, 2018). O objetivo é precisamente “relaxar o domínio coercitivo das normas sobre a vida generificada – o que não é o mesmo que transcender ou abolir todas as normas – com a finalidade de viver uma vida mais vivível” (BUTLER, 2018, p. 40). Referimo-nos a uma luta e a uma prática política “que procura expandir aquilo a que nos referimos quando falamos de nós” (BUTLER, 2018, p. 78). Articula-se, portanto, uma relação de reconhecimento que provoca, devido à sua capacidade transformativa, expansões normativas imprevisíveis.

Dessa maneira, a tarefa crucial do feminismo, para Butler, e de um jornalismo que se pretende autorreflexivo, para nós, é contestar práticas repetitivas que forjam tanto identidades, no caso da política feminista, como estereótipos que produzem e reforçam essas identidades, no contexto da produção jornalística. A despeito de inescapáveis sedimentações simbólicas, *Presos que menstruam* dedica-se a operar estratégias de desestabilização normativa, evidenciando realidades ignotas perpassadas por opressões de gênero e, também, de classe. Aposta-se no poder dessas representações para reparar, de alguma maneira, a marginalidade que as acomete.

Os limites do irrepresentável

Através de uma escrita perspectivada, Nana Queiroz confere uma qualidade metacrítica ao seu trabalho, a qual tensiona formas tradicionais do jornalismo incapazes de lidar com o caos e com a opacidade das histórias que ambicionam representar. Não obstante, ela também coloca em xeque suas próprias estratégias narrativas. A repórter tenta lidar discursivamente com a emergência da radicalidade do outro mediado, que perturba, em alguns momentos, incorporações. Assim, perscruta um caminho alternativo para alcançar o reconhecimento ambicionado. Suas manifestações reflexivas, que expõem o irrepresentável, indicam que *Presos que menstruam* não intenta ocupar o espaço de inquestionabilidade das práticas hegemônicas, pelo contrário; mostra-se tão insuficiente quanto, ainda que por outras motivações.

Queiroz se confronta e torna visível esse dilema com o valor de verdade dos relatos que colheu durante quase quatro anos de apuração. Em uma abordagem jornalística tradicional, esse tipo de questionamento poderia invalidar a legitimidade da reportagem. Conforme apontado na introdução de *Presos que menstruam*, a jornalista precisou lidar, invariavelmente, com imprecisões, mas não apenas de ordem metodológica. Queiroz foi interpelada por questões, sobretudo, éticas:

– Com quantas presas você teve a oportunidade de conversar para escrever seu livro?

A pergunta pesou no peito como uma espécie de acusação por minha tendência a julgamentos rápidos. Vinha de uma das profissionais mais sérias que eu havia conhecido no sistema penitenciário.

– Atuo dentro dos presídios paulistas há mais de trinta anos e não me considero especialista em presídios – prosseguiu. – Sei que você é muito inteligente, deve ter lido muito sobre o tema e entrevistado muita gente. Mas para você conhecer uma pessoa, precisa de tempo. Precisa comer um pacote de sal juntos, como dizia o meu pai. As histórias que ouviu, foram as que elas quiseram te contar. Histórias em que elas acreditam porque já repetiram muitas vezes, visando a liberdade. Ou seja: são ficções. O pior ser humano dentro de cadeia se considera vítima, injustiçado. (QUEIROZ, 2015, p. 221)

Todo o trabalho de Queiroz é colocado em dúvida, em sua veracidade, em um curto diálogo. Sua interlocutora questiona a suficiência do trabalho de apuração da jornalista, que não garante, através de seus métodos, a descoberta da verdade. Sugere que a repórter constrói seu relato a partir de ficções. O questionamento deferido à jornalista ganha nuances trágicas quando ela descobre o processo de Gardênia:

Resolvi consultar os processos das mulheres que eu havia entrevistado para averiguar a versão da Justiça sobre seus casos. Fiz questão de lê-los algum tempo depois de as entrevistas terem terminado – não queria ir para as conversas com nenhum viés. [...] Chegaram em minhas mãos, então, os documentos de Gardênia. Àquela altura, eu havia me afeiçoado por seu jeito desparafusado e suas gargalhadas sem motivo. Encontrei Gardênia muitas vezes no refeitório da Funap, tive com ela um punhado de conversas interessantes e meio sem pé nem cabeça. Em muitas delas, ela fez referência ao “Um-dois-um, uma fita aí que dizem que eu fiz”. Sempre, porém, se negou a me falar do que se tratava, por mais que eu insistisse. A maior parte da pena de Gardênia, no entanto, se referia a este artigo 121 do Código Penal ao qual ela respondia, o artigo referente ao homicídio. Quando abri o documento, comecei a tremer. Não podia acreditar que aquela mulher risonha que eu conhecera tinha sido capaz de algo tão torpe. [...] Gardênia era acusada de assassinar uma criança. Não qualquer criança, vale ressaltar, mas o próprio filho. Imediatamente, busquei a justificativa da loucura. Gardênia, claramente, não era sã. E não era improvável que estivesse sob o efeito de drogas. Já as primeiras linhas do processo me negavam essa esperança. [...] O relator do caso seguia concluindo que “com inequívoco ânimo homicida”, Gardênia havia matado seu filhinho de 4 anos, “por motivo fútil e com

o emprego de meio cruel, mediante diversos golpes com um pedaço de madeira, que produziram-lhe a lesão descrita no laudo necroscópico". (QUEIROZ, 2015, p. 222-223)

O acesso aos processos de suas personagens, muitos deles repletos de violências que elas mesmas não são capazes de admitir, poderia anular, jornalisticamente, a legitimidade da narração das mulheres que Queiroz entrevistou. As dinâmicas do reconhecimento acionadas pela reportagem também poderiam ser abaladas. A repórter chega a se perguntar: "Ó Gardênia, iria eu, entre tantos, acreditar na sua versão? Será que você mesma sabia se havia matado ou não William ou estava tão drogada que não lembrados fatos?" (QUEIROZ, 2015, p. 225). A atrocidade dos crimes descritos nos processos de cada encarcerada seria capaz de constranger a validade de suas falas, cujas únicas evidências seriam suas próprias lembranças. Não há como distinguir fatos. Sabemos que o jornalismo, tradicionalmente, é pautado pela verdade factual e precisaria, necessariamente, transmiti-la: o que seria a verdade nesse contexto?

Em *Presos que menstruam*, Nana Queiroz resolve este imbróglio abrindo mão da verdade única como objetivo principal de seu relato, confirmando insinuações presentes na introdução do trabalho. Mesmo diante de discursos dissonantes, a repórter não nega a versão das presas, tampouco as deslegitima. Processos, percepções de profissionais, posicionamentos de ativistas, vivências de carcereiros e, claro, o depoimento das mulheres privadas de liberdade não se aniquilam, mas se somam em um mosaico textual intrincado. O mais importante não são informações precisas: são as contradições e tensões que provavelmente seriam apagadas em um relato jornalístico objetivo. O norte da reportagem, que nos parece operar na contra-hegemonia, não é a disposição de dados concretos, mas a denúncia de estruturas sociais injustas. Nela, os ruídos e lacunas de sentido tornam-se não só possíveis, mas fundamentais.

Então, embora insatisfatória, a reportagem se advoga necessária. Outros significados são instituídos e tentativas de desestabilização normativa são colocadas em prática. A narrativa pretende evidenciar realidades ignotas

perpassadas por opressões de gênero e, também, de classe. Aposta no poder dessas representações para reparar, de alguma maneira, a marginalidade que as acomete, sem reforçar as estruturas jurídicas que conformam identidades hegemônicas.

Sabemos, no entanto, que tornar visíveis experiências de vulnerabilidade não implica transformá-las. As mulheres encarceradas, afinal, continuam vivendo a vida que sempre viveram. A transformação, assim como o reconhecimento social ambicionado, é uma promessa cujo cumprimento não logramos averiguar. Reportagens podem operar como instrumentos de sensibilização para ações políticas concretas, mas jamais conseguirão afiançar o deslocamento simbólico necessário para motivá-las. No texto, percebemos indícios desse esforço: a valorização da experiência do outro, a escolha cuidadosa de vozes concorrentes, a aut mediação e a autocrítica para expressar limites, dúvidas e incertezas. Diante desses rastros discursivos, acreditamos que a obra parece propor interações dialógicas em sua feitura, mas os desdobramentos desses gestos se ancoram em pretensões, não em garantias. Não somos capazes de dimensionar, também, o impacto que representações como essas podem exercer nas lutas por reconhecimento que estão alinhadas às demandas por redistribuição econômica – caras às personagens do relato, oprimidas por desigualdades não somente simbólicas, como materiais –, aspectos ainda mais distantes das competências transformativas desses textos. As reportagens são tão insuficientes em suas formas quanto em suas reverberações sociais e políticas, em verdade, imprevisíveis. Esta será, sempre, a impotência do gênero-texto, que pode muito pouco diante de um gênero-corpo violentado pelo mundo que o rejeita.

Isso não significa o abandono da reportagem como instância de legitimação e de luta política. Trabalhos como esses devem estar conjugados a outras experiências, jornalísticas ou não, mais dilatadas e que precisam ser articuladas entre si para realocar fronteiras de inteligibilidade. Supomos que a luta por justiça social deva englobar não apenas diferentes sujeitos e grupos capazes de desindividualizar demandas, mas múltiplas linguagens e maneiras

de produzir sentidos que, coletivamente, favoreçam a emergência de outros modos de existir em nosso tempo. A reportagem pode propor outros rumos, menos reguladores, para os relatos que ressignificam, ainda que incipientemente, o mundo em que vivemos.

Referências

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

BUTLER, J. Vida precária. *Contemporânea*, São Carlos, n. 1, p. 13-33, 2011.

BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015a.

BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CISNE, M. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2015.

COELHO, S. Por um feminismo *queer*: Beatriz Preciado e a pornografia como pré-textos. *Ex Aequo*, Lisboa, n. 20, p. 29-40, 2009.

FRASER, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 7-31, 1993.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2009.

LAURETIS, T. *A tecnologia do gênero*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

MEIJER, I.; PIRNS, B. Como os corpos se tornam matéria. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2002.

PIGLIA, R. *La forma inicial*. Buenos Aires: Eterna Cadencia Editorial, 2015.

PRECIADO, P. B. Multidões Queer: notas para uma política dos "anormais". *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

PRECIADO, P. B. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 edições, 2017.

QUEIROZ, N. *Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SAFATLE, V. Dos problemas de gênero a uma teoria da despossessão necessária: ética, política e reconhecimento em Judith Butler. In: BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015a. p. 173-196.

SAFATLE, V. Por um conceito "antipredicativo" de reconhecimento. *Lua Nova*, São Paulo, n. 94, p. 79-116, 2015b.

SAFATLE, V. *Só mais um esforço*. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SARDENBERG, C. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, p. 1-35, 2007.

SERELLE, M. A reportagem autorreflexiva: o encontro com o Outro entre textos e paratextos jornalísticos. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 1-15, 2018.

submetido em: 31 jul. 2019 | aprovado em: 6 set. 2019